

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)

Cristina Donza Cancela¹

Neste artigo analiso a imigração portuguesa para Belém durante os anos de 1870 a 1920, período de desenvolvimento e crise da economia da borracha. Observo o perfil dessa imigração quanto ao gênero, a origem e a atividade exercida, destacando os motivos do deslocamento, os arranjos necessários para que ele ocorresse, a presença feminina e as cartas trocadas pelos casais. Investigo ainda as alianças matrimoniais e familiares e a inclusão dos comerciantes portugueses junto às famílias proprietárias de terra e gado da elite local.

Palavras chaves: Imigração Portuguesa; Amazônia; Família

Article analyses Portuguese immigration between 1870 and 1920, period in which Amazônia experienced the development and the crisis of rubber economy. Study discusses the immigrants profile in relation to gender, origin and professional activity highlighting motif for immigration, all necessary arrangements for the journey, women participation and letters exchanged between husbands and wives. Among the others topics under investigation are: marriage and family, the inclusion of Portuguese merchants in the local elite dominated by landowners.

Key words: Portuguese immigration, Amazônia, family.

Ao procurar analisar a imigração para a Amazônia, mais especificamente para a cidade de Belém, no período da economia da borracha, me deparei com uma forte presença de imigrantes portugueses na documentação levantada. Para se ter uma idéia dessa superioridade vale destacar que, no cotejamento de inventários *post mortem* realizados para os anos de 1870 a 1920, cerca de 10% deles dizia respeito a estrangeiros residentes no Pará, dentre estes, 87%

¹ Professora da Universidade Federal do Pará. Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

era formada por portugueses, e os 13% restantes, por franceses, espanhóis, alemães, ingleses e italianos.²

Esse percentual majoritário pôde também ser percebido nos dados censitários disponíveis para a capital paraense. De acordo com os resultados do recenseamento de 1872, 79% dos estrangeiros residentes em Belém eram portugueses³, esse número cai para 68% em 1920, mas continua representando um valor significativo que indica a hegemonia dessa imigração para a capital paraense.⁴

Diante desse quadro de maior presença de imigrantes portugueses em Belém quando comparados a indivíduos de outras nacionalidades, procurei discutir essa imigração observando em um primeiro momento quem eram essas pessoas que estavam migrando, de onde vinham, os motivos alegados para o deslocamento, as diferenças de status social e gênero, e, paralelamente, analisar as questões relativas ao casamento e a família destacando os arranjos necessários ao deslocamento, as alianças matrimoniais e a riqueza.

De vapores e cartas

Essas perguntas começaram a ser formuladas a partir do contato com o conjunto de cartas trocadas por casais, que se encontravam separados, vivendo cotidianos pontuados por dias de distância em navios a vapor. Suas correspondências enviadas nas embarcações que saíam dos portos de Belém e Lisboa encontram-se anexadas aos pedidos de passaporte solicitados junto ao Governo Civil de Lisboa. Essas cartas outrora minimizaram os espaços e as distâncias, hoje, permitem conhecer às ausências, às formas de organização da vida doméstica, às relações de parentesco, o reiterar do amor e dos procedimentos necessários para a viagem que possibilitava o re-encontro familiar destes casais.

A partir delas fragmentos de trajetórias de vida podem ser conhecidos, como a do português Bento Motta e sua esposa Josefina de Jesus, de 30 anos de idade. Ele morava em Belém, ela em Lisboa. E, desta forma, eles se comunicaram:

“ Pará, 20 de novembro de 1900

Minha querida esposa. Muito estimo que estas duas mal notadas linhas a vão encontrar com uma perfeita e feliz saúde, mais as nossa filha i toda a família. Mulher. Hoje mesmo terminei a tua jornada i de nossa filha a Conceição ahi te mando uma letra com o valor de 50.000 mil réis para ires receber a casa de Braga não posso agora te mandar mais. Recebe o dinheiro da vaca.e vende o pão que eu

² Inventários cartório Odon Rhossard. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ano 1870-1920.

³ BRAZIL DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Recenseamento da população do Império do Brasil 1872. Rio de Janeiro: 1873-1876. Parte 10. (Microfilme HA971-A2). CEDHAL/USP, São Paulo.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento de 1920. População estrangeira das capitais, segundo a nacionalidade e o sexo. Rio de Janeiro: Typ. de estatística, 1926. p. 328-329.

te lá deixei i venderas a porca e as batatas toudas i faz por apurares todo esse dinheiro, venderas a lã que tudo te sera preciso para a tua jornada e nossa filha Conceição, faz por a render os bens se ober quem os queira. Se não haver quem os queira entrega a teu pae i que pague os tributos. Faz os impossíveis para ver se cá esta para o natal. A casa de cima arrenda i as outras debaixo onde estava o caiador deixa la ficar os nossos moveis e deixaras la a chave da casa a tua mai, traz os lençóis que cá tudo é preciso e traz as colças. Prega o portão da casa de cima que entras para a debaixo com uma taboa...compra uns sapatos para a pequena para aqui desembarcar...Si não trato em Lisboa, eu escrevo daqui para o Antonio Araújo para elle te ir esperar na estação i para vir com tigo a te o vapor i elle mesmo te trata do teu passaporte irás com essa carta a Taboço reconhecer a carta no tabelião i arranjar logo os teus papeis toudo em Taboço, para não andares [ilegível]. mandame dizer que vapor vens para eu a qui te esperar no desembarque não traga encomendas para ninguém, quem sofre com isso somos nós, é preciso que tu tragas essa carta para tirares o passaporte é preciso mostrar essa carta i ser reconhecida pelo tabelião. Mandaras comprar uma roupinha a pequena para trazer com tigo não te encomodes sou teu marido, só a vista terá fim. Se não houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor. Bento Motta.”⁵

Josefina reconhece a carta alguns dias depois, junto a um tabelião, em 13 de dezembro de 1900. Ela e Bento estavam casados há 12 anos conforme informação da certidão de batismo da filha, Maria, que nascera no ano posterior ao casamento, em 1889. Naquele ano, Bento exercia a atividade de jornalista e o casal vivia no *Concelho de Taboço*, diocese de Lamego, onde ele instruíra a esposa a reconhecer a documentação. A carta faz alusão à remessa de dinheiro, através de letras, feita por Bento à família que restara em Portugal. Bento chega a ser minucioso nas instruções que remete a Josefina para que esta viabilizasse os preparativos de sua jornada, mandando-lhe vender a vaca, a porca, trancar as portas, deixar a chave com a mãe e entregar ao pai o que não pudesse vender, ao que este trataria de pagar os tributos.

Essa correspondência demonstra bem a dimensão das medidas que implicavam o deslocamento dessas pessoas. Para além do valor monetário do traslado, elas dão uma descrição rica dos pormenores necessários para se desfazer, mesmo que temporariamente, dos bens e afazeres de Portugal a fim de realizar a viagem.

Bento sugere à esposa que traga lençóis e colchas, “porque cá tudo é preciso”. Chega mesmo a destacar a importância dela comprar um sapato e uma roupa à filha para a viagem e o desembarque no Pará. A longa viagem para um local desconhecido poderia implicar em um certo receio, ao que se percebe da preocupação de Bento ao consolá-la dizendo que “se nao houver alguma pessoa que venha para aqui não tenhas medo de entrar no vapor.”

⁵ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 83, NT 2014a. Ano: 1900. IAN/TT.

Na narrativa fica clara a importância da rede familiar e de amizade para os preparativos da viagem. Josefina ia precisar dos pais para, entre outras necessidades, guardar a chave da casa e ficar responsável pelas coisas que não conseguiria vender. Iria também precisar do auxílio de um amigo, a quem Bento recorreria para levar a esposa à estação e ao vapor, além de ajudá-la com a solicitação de passaporte.

Essas histórias nos trazem fragmentos de circunstâncias particulares da vida desses imigrantes. Da preocupação com a compra do sapato da filha pequena para o desembarque no Pará ao fechamento da porta com tábuas da casa portuguesa; do envio de uma carta chamando a cônjuge para viver junto de si, justificando, desse modo, junto às autoridades, a sua viagem, às ordens de pagamento enviadas para a realização da mesma. Em sua singularidade, essas histórias revelam, com riqueza, os detalhes, as dificuldades, acordos e ajustes domésticos necessários à realização da migração. E, com elas, um olhar novo e complementar se faz associar aos números e percentuais da migração a que remetem as solicitações de passaporte que se verá a seguir.

Solicitando passaporte, deslocando-se para o Pará

Ainda nas caixas da Torre do Tombo encontrei os inúmeros pedidos de passaportes de homens e mulheres portuguesas que procuravam viajar para o Pará nos anos de 1889 e 1900. Alguns pela primeira vez, outros já aqui haviam estado e solicitavam novo retorno. Quem eram essas pessoas? Quais suas atividades, os motivos de sua viagem, vinham sozinhos ou acompanhados? É a montagem desse perfil que passo a fazer a partir de agora.

Com diferentes marcadores sociais de status, geração e gênero, os imigrantes portugueses vinham dos distritos de: Viana do Castelo, Viseu, Bragança, Aveiro, Leiria, Beja, Santarém, Porto, Coimbra, Castelo Branco, Lisboa e Ponta Delgada. Ao saírem de seus locais de origem, em vilas rurais de Portugal, dirigiam-se para Lisboa, onde ficavam em hotéis ou casa de conhecidos e parentes, até conseguirem dar entrada no pedido de passaporte e ter a autorização para viajar.

Entre esses imigrantes a presença masculina era majoritária. Dos cerca de 124 passaportes solicitados nos anos de 1889 e 1890, 101 foram requeridos por homens e 23 por mulheres.

Em relação aos homens as principais atividades declaradas nos pedidos de passaporte estavam assim concentradas: proprietários, comerciantes, empregados no comércio, marítimos e trabalhadores agrícolas. Outras profissões apareceram em menor escala, como as de: serralheiro, jornaleiro, padeiro, sapateiro, carpinteiro, criado de servir,

calafate, alfaiate, pescador e vendedor ambulante. Este perfil mostra a diversidade de ocupações daqueles que procuravam migrar, embora se acentue o fato de que a maior parte deles estava, de alguma forma, associada às atividades comerciais, fosse na condição de proprietário de casa comercial, fosse como empregado no comércio. De igual maneira, o número de indivíduos que se declararam “lavrador” ou “trabalhador agrícola” mostrou-se também bastante expressivo, apoiando a idéia que associa as dificuldades de posse e distribuição da terra em Portugal à migração.(SCOTT; 2002).

A maior parte daqueles que migrou para o Pará declarou-se solteiro, como é o caso do comerciante Joaquim Nunes da Silva Motta, de 44 anos de idade, natural do Distrito de Castello Branco e que, ao vir ao Pará pela segunda vez, traz o sobrinho, também solteiro, Acassio Nunes da Motta, “o qual vae seguir a vida commercial”, tal qual o tio.⁶ Ou mesmo pessoas como o padeiro João Martins Corrêa, 28 anos, que não sabe ler nem escrever.⁷ Solteiro, viajou sozinho a fim de exercer sua profissão, assim como o agricultor de 21 anos de idade, Casimiro da Silva, também solteiro.⁸

A propósito do expressivo número de indivíduos solteiros que aqui aportaram foi possível encontrar imigrantes que se declararam casados, ainda que, a maior parte deles viajasse sozinha, supostamente deixando mulheres e filhos em Portugal. Situações como a do jornalista Manoel Fernandes, 30 anos de idade, do Distrito de Vizeu,⁹ ou do sapateiro de 27 anos, Antonio dos Santos.¹⁰ No formulário ambos declararam-se casados mas viajavam sozinhos justificando a viagem pelo propósito de “exercer sua profissão” ou “arrumar meios de vida”.

Uma vez analisado o perfil da imigração masculina, discuto, a partir de agora, a feminina observando que a principal justificativa das mulheres para a realização da viagem para o Pará era a necessidade de vir ao encontro do marido, ou da família, que aqui residia. Era essa a situação de Josefina de Jesus, 30 anos de idade, que viajava com a filha, Maria da Conceição, de 11 anos, ou de Emilia Carreira Gaspar, de 26 anos, que viajou com o filho, Pedro, de 2 anos, todas elas declararam como motivo da viagem o fato de irem para “companhia de seu marido”.¹¹

⁶ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.

⁷ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

⁸ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 54, NT 935. Ano 1896. IAN/TT.

⁹ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 05, NT 2510. Ano 1889. IAN/TT.

¹⁰ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 05 (segundo maço), NT 2510. . Ano 1889. IAN/TT.

¹¹ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 083, NT 2014 a. Ano 1900. IAN/TT.

Outras, em menor número, vinham acompanhadas do marido, como Rosa Maria de Jesus, 23 anos, casada, prendas domésticas, que chegou ao Brasil em 1896, depois de ter vivido em Portugal durante três anos com seu marido, Avelino Xavier da Costa, 25 anos, que se tornou caixeiro de um armazém, em Belém, onde se comprava partidas de borracha.¹²

A propósito da maior parte das mulheres justificar a vinda ao Pará pela possibilidade de ficar *em companhia do marido, ou da família*, não foi pequeno o número de portuguesas que afirmavam viajar para *tratar de negócios da casa* ou mesmo *para trabalhar*. Algumas delas eram viúvas, como Maria da Luz Gonçalves, 26 anos, proprietária, que viajava com seus dois filhos, Andreza e Carolina, de 24 anos e 17 meses, respectivamente, para “tratar dos negócios da casa”.¹³ Outras viajavam em busca de trabalho e, em geral, exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, como: criadas, engomadeiras, costureiras e amas-de-leite.

Comumente, essas mulheres trabalhadoras vinham sozinhas ou em companhia de seus filhos. Assim foi com a criada Marianna da Conceição, de 23 anos de idade, que veio ao Pará a fim de “exercer sua profissão”. Ou mesmo da costureira Adelaide Augusta das Neves, 33 anos de idade, solteira, não sabia ler nem escrever, que viajava com seu filho Damaso, de 9 anos.¹⁴ E, ainda, Maria das Dores Madeira, 26 anos, criada de servir, solteira. Ela queria viajar para o Pará em companhia da filha bastarda recém nascida, ainda com 4 meses de idade, que tivera no lugar onde residia, no distrito de Beja. Sem condições de criar a filha em sua localidade, via no Pará a possibilidade de “procurar meios de ocupação”.¹⁵

Fragmentos de histórias de mulheres viúvas ou solteiras, algumas proprietárias, muitas trabalhadoras pobres, viajando sozinhas ou com seus filhos naturais, que vinham ao Pará em busca de trabalho e meios de sustentar a família.

Uma vez no Brasil, muitos desses imigrantes se fixaram e construíram uma vida familiar a partir do casamento. Ao analisar os registros paroquiais de duas igrejas de Belém, Sé e Nazaré, podemos reencontrá-los. Em meio aos homens, a maioria veio a casar-se com mulheres paraenses, o que correspondeu a um total de 48% dos matrimônios realizados. A opção pelo casamento com paraenses chega a ser 34% maior do que o número de uniões realizadas com mulheres portuguesas. Estas últimas atingem apenas 14% dos enlaces realizados. De certa forma, isto pode estar associado ao próprio caráter dessa migração,

¹² 3º Distrito Criminal. Ferimentos leves. Caixa: 1896. Doc. 03. Ano: 1896. ATJEPA.

¹³ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

¹⁴ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 06, NT 2511. Ano 1889. IAN/TT.

¹⁵ Listagem de Passaporte. Governo Civil. Cx nº 14, NT 2646. Ano 1890. IAN/TT.

marcada pela forte presença masculina em detrimento da feminina realizada em menor número.

Em contrapartida, as mulheres portuguesas que viviam em Belém contraíram matrimônio majoritariamente com seus conterrâneos. Das vinte e oito mulheres presentes nos registros, um pouco mais da metade contraiu núpcias com homens da mesma nacionalidade (54%), as demais se uniram aos homens paraenses (18%) e nordestinos (11%).

Dos noivos e noivas portuguesas que se casaram em Belém a maioria vinha de famílias legítimas marcadas pelo matrimônio de seus genitores, o que correspondeu ao total de 72% de nubentes nessa condição.

Alianças matrimoniais e contratos nupciais

Ao chegar em Belém, esses imigrantes assumiam diversas profissões. Encontramos na condição de aguadeiros, leiteiros, no transporte de *bonds* movidos a animal, caixeiros e proprietários de casas comerciais.

A maior parte daqueles que enriqueceram estava de alguma forma ligada ao comércio da borracha, direta, ou indiretamente. Como em muitas localidades, a propriedade de terra e gado ficava nas mãos das famílias tradicionais da elite local, cabendo aos imigrantes recém chegados, atraídos pela economia da borracha, o comércio. Boa parte das lojas de aviamento da capital pertencia a proprietários portugueses.¹⁶ Todavia, embora a borracha trouxesse a perspectiva do enriquecimento ou o fortalecimento de fortunas já iniciadas, nem sempre isto era suficiente para que os proprietários estrangeiros participassem do universo restrito da elite paraense. Fazia-se necessário aliar à riqueza outros fatores como prestígio, reconhecimento, nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e/ou conjugais com membros das famílias proprietárias local, cujo estabelecimento na capital remontava ao período colonial, quando muitas dessas famílias receberam terras de sesmarias doadas pela coroa. Essa elite local era proprietária de terra voltada para a criação de gado, engenhos de açúcar, alguns com firmas comerciais, ocupando cargos e funções políticas e militares que desvelam sua rede de influência e poder. Pouco a pouco, esses proprietários combinaram essas atividades à extração de seringa, ou ainda, à firmas de aviamento ou de comércio de mercadorias em geral. A abertura de tais firmas

¹⁶ *Casas aviadoras* eram os estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais de mercadorias gerais como alimentos, roupas e utensílios, recebendo, em troca, o pagamento em espécie, mais propriamente em borracha. O dono da casa aviadora intermediava a venda da borracha para a casa exportadora, ou mesmo uma segunda casa de aviação, maior que a sua, da qual ele próprio era aviado.

poderia se dar de forma individual ou através de sociedades comerciais, que muitas vezes envolviam comerciantes estrangeiros, muitos deles portugueses, filhos de portugueses, ou brasileiros naturalizados.

Estas sociedades não raramente extrapolavam o âmbito dos negócios e alcançavam as relações familiares. A abertura dessas famílias tradicionais a novas atividades e negócios podia ser iniciada, ou consolidada, a partir de alianças matrimoniais envolvendo seus membros com comerciantes estrangeiros ou nacionais. Desse modo, cria-se uma via de mão dupla, onde os interesses da elite local se coadunam com os do grupo de comerciantes, em particular portugueses instalados no Pará, a partir da segunda metade do século XIX. Esta elite mercantil predominantemente estrangeira passou a ocupar cada vez mais espaços organizacionais, reforçar associações, investir em serviços urbanos, estendendo sua rede de poder e de influência.

Em meio às alianças conjugais envolvendo famílias de comerciantes portugueses, ou filhos de portugueses, e famílias tradicionais da elite local, cabe o exemplo do matrimônio de João Gualberto da Costa Cunha e Anna Cândida *Malcher* Cunha.

João Gualberto da Costa Cunha nasceu em 1844 no Maranhão sendo filho de pais portugueses. Sua família de comerciantes era importante naquela província, recebeu o nome homônimo de seu avô português que chegara ao Maranhão ainda no início do século XIX. Uma vez em Belém, João Gualberto tornou-se um dos maiores comerciantes locais, participando da firma de aviamento “*Darlindo Rocha & Companhia*”. Participou, ainda, da instituição e publicidade do Banco Emissor. Casou-se com Anna Cândida *Malcher* Cunha, filha de uma família de proprietários de terras concedidas por sesmarias. Seu pai, José da *Gama Malcher*, era médico, tendo ocupado diversos cargos na administração da província, como o de vereança, chegando mesmo a ser, durante muitos anos, Intendente de Belém. Vê-se assim de que forma um migrante maranhense de uma rica família de origem portuguesa casou-se com uma mulher da elite local.¹⁷

Estas histórias poderiam ser multiplicadas, no entanto, aqui, cabe apenas indicá-las e através das diversas fontes trabalhadas trazer um pouco do universo da imigração realizada para o Pará e sua capital, compreendendo algumas trajetórias pessoais de homens e mulheres, casados e solteiros, que viajavam sozinhos ou acompanhados, alguns vinham sem riqueza, outros com bens, havendo ainda os que fizeram fortuna a partir de negócios ligados direta, ou indiretamente, à borracha. Muitos se casaram em Belém, outros se associaram às

¹⁷ Inventário João Gualberto da Costa Cunha. Maço 27. Ano 1908. ATJEPA.

tradicionais famílias da elite através do matrimônio. Muitas histórias, tantas outras trajetórias por contar, mas outros vapores ainda podem ancorar.

Bibliografia:

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha. Belém 1870-1920*. (tese) Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2006.

FONTES, Edilza Joana de Oliveira. “Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará.” *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém/UFPA, v. 12, n. 1/2, p. 67-84, 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru/São Paulo: EDUSC;/Portugal: Instituto Camões, 2002.

SCOTT, Ana Silvia. *Aproximando a metrópole da colônia: família, concubinato e ilegitimidade no noroeste português (século XVII e XIX)*. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)*. Ouro Preto/Minas Gerais, novembro de 2002.

MARIN, Rosa Acevedo. As alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: Instituto de pesquisas Econômicas (IPE), nº 15, 1985. p.153-167.